

As Condições Históricas e o Surgimento do Movimento Sindical

Historical Conditions and the Emergence of the Trade Union Movement

Mário Alex Duarte de Candido^{a*}

^aEscola Estadual de Ensino Médio Elisa Tramontina, RS, Brasil

*E-mail: marioalexduartedecandido@gmail.com

Resumo

Como aconteceu a organização dos operários no movimento sindical? Este artigo teve como objetivo discutir sobre a luta árdua, histórica e social que os primeiros trabalhadores vivenciaram. O método utilizado foi a consulta bibliográfica específica com autores que discutem o movimento social com ênfase na parte histórica e social do movimento. Buscou-se analisar os elementos que contribuíram para a organização e formação do sindicalismo. Neste estudo os resultados serviram para a reflexão do movimento sindical brasileiro relacionando-o a importância do trabalho. Os resultados demonstram a relevância em discutir sobre o movimento sindical com os diversos atores sociais. Por fim observa-se o quanto houve lutas e vitórias do sindicalismo, contribuindo para a efetivação de políticas públicas e sociais visando o avanço da legislação trabalhista.

Palavras-chave: Operários. Movimento Social. Sindicalismo.

Abstract

How did the organization of workers in the trade unionism take place? This paper aims to discuss social and historical struggle that the first workers experienced. We performed specific literature review from authors who discuss the social movement emphasizing its social and historical context. We aimed to analyze the elements that contributed to the organization and emergence of trade unionism. In this paper, results led to reflection on Brazilian trade unionism linking it to the importance of work. Results showed the relevance of discussing trade unionism with several social agents. Finally we could observe how there were fights and victories in trade unionism, contributing to the effectiveness of public and social policies aiming at the progress of labor legislation.

Keywords: Workers. Social Movement. Trade Unionism.

1 Introdução

A organização de pessoas em torno de objetivos comuns é necessária para que aconteça a tomada de decisão no âmbito político, social e legal. No movimento sindical foi relevante que isso acontecesse, a reunião de trabalhadores, por exemplo, buscou o aprimoramento de políticas sociais, trabalhistas e legais para a categoria. Nas regiões industrializadas houve trabalhadores reunidos com esse interesse, sendo que eles conseguiram se organizar, ao longo dos tempos, procurando se moldar às várias crises econômicas ocorridas. Foi um período de lutas sindicais e muitas reuniões secretas.

A proposta do estudo é a compreensão do movimento sindical, representado pela luta dos operários. No industrialismo brasileiro é importante refletir sobre o movimento sindical, pois são fatos históricos que moldaram a sociedade constituinte.

O sindicato aparece como uma organização que conseguiu definir seus objetivos. Foi através do sindicato que os operários se organizaram para reivindicar seus direitos trabalhistas. Neste sentido Guareschi (1986 p.89) define sindicato como “uma organização livre e autônoma de pessoas com a finalidade de defender e promover seus direitos”.

Quando deparamo-nos com estas características

entendemos que qualquer operário pode participar da atividade do sindicato. Também o sindicato pode reivindicar direitos aos empregadores. Tornando-se representante de toda a classe operária, conseguindo agrupar todos os operários não participantes do movimento sindical.

2 Desenvolvimento

2.1 Aspectos teóricos dos movimentos sindicais no mundo

Os movimentos sociais podem ser estudados e pesquisados tanto por historiadores, sociólogos, quanto por estudantes, os quais têm a possibilidade de verificar e encontrar evidências em documentos que atestam à historicidade do tema em pesquisa.

Com o desenvolvimento e a expansão do capitalismo os operários passam a se organizar em associações, reivindicando melhorias nos salários, nas relações e, principalmente, nas condições de trabalho. Esses indivíduos tinham somente a força física, que podiam trocar por um salário que, no primeiro momento da história mundial, poderia ser diferenciado, tanto para o gênero feminino quanto para o masculino. Nas primeiras fábricas e indústrias eram comuns os trabalhos feitos por menores, ou seja, crianças executavam trabalhos como se fossem pessoas adultas.

Com a migração das pessoas do meio rural para as áreas urbanas começou a aumentar o número de trabalhadores nas fábricas e indústrias. A remuneração salarial não era realizada de forma igualitária, ou seja, o administrador pagava conforme seu acordo com o trabalhador.

A longa jornada de trabalho existente neste período fere os princípios trabalhistas contemporâneos, pois a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, a qual trata do direito do trabalho e do direito processual do trabalho, afirma que as relações coletivas e individuais de trabalho merecem respeito, principalmente a vida e a saúde humana.

Volta-se a frisar que nos primórdios os trabalhadores reuniam-se em galpões, oficinas, fábricas e, posteriormente, nas indústrias. A inexistência de leis e tratados que deviam proteger os mesmos eram nulos, o que evidenciava a necessidade de criação de mecanismos que coibissem as formas desumanas de trabalho.

Com este anseio, inicialmente, é que as primeiras reuniões em torno de fins específicos formavam as associações operárias. As associações neste momento tinham como objetivos ouvir os trabalhadores, principalmente sobre as relações trabalhistas, as longas jornadas de trabalhos e os baixos salários. Futuramente as associações transformaram-se nos sindicatos de trabalhadores. De acordo com Antunes (1985, p.13):

o sindicato ao tornar-se representante dos interesses de toda a classe operária, conseguiu agrupar em seu seio todos os assalariados que não estavam organizados, evitando que o operário continuasse sua luta isolada e individual frente ao capitalista.

As lutas operárias não poderiam continuar desorganizadas, então o objetivo dos sindicatos era organizar categorias profissionais, visando segurança e proteção de interesses comuns a todos.

Os sindicatos representam um gigantesco movimento da classe operária. Propicia a organização social dos operários, a legalidade da atividade sindical e expressa a árdua luta por seus reais objetivos conquistados, tendo seu auge na Europa. Lá, ocorreram as principais transformações no campo intelectual e social, sendo o palco de grandes eventos históricos que marcaram a vida da humanidade.

Foi na Inglaterra que surgiu os primeiros círculos operários. Os trabalhadores ingleses contribuíram para o avanço do movimento sindical. Lutaram por condições ideais de trabalho, devido ao intenso processo de desenvolvimento no século XVIII.

Conforme Antunes (1985, p.15):

se a história das organizações sindicais inglesas teve momentos de derrotas e vitórias, é inegável que elas constituíram a primeira tentativa efetiva dos trabalhadores de organizarem-se na luta contra os capitalistas [...] os primeiros passos na luta pela emancipação de toda a classe operária.

No início da Revolução Industrial as negociações eram feitas de forma individual, ou seja, o capitalista tratava com

cada operário. Além das péssimas condições de trabalho, dos salários muito baixos, dos menores de idade e das mulheres trabalharem, os operários estavam sempre em desvantagem nas negociações.

As conquistas foram alcançadas com muita luta e persistência pelo movimento sindicalista e militantes, que reivindicavam melhores condições aos operários ingleses. Segundo Antunes (1985, p.20):

todos os movimentos sociais, todos os progressos reais registrados na Inglaterra no interesse da classe trabalhadora estão ligados ao nome de Owen. Assim, em 1819, após cinco anos de grandes esforços conseguiu que fosse votada a primeira lei limitando o trabalho da mulher e das crianças nas fábricas.

As soluções encontradas pelos operários foram a participação e a organização nas associações e sindicatos, para defenderem seus objetivos. Com ideias referentes às melhorias nas indústrias, os operários começam a se organizar, visando aumento salarial e condições ideais de trabalho. Antunes (1985, p.13) complementa afirmando que:

os sindicatos são, portanto, associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa da usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante [...] que o capitalista obriga o operário a exercer.

A humanidade viveu momento importante em que as grandes invenções fizeram parte de sua história. Os maquinários formam parte dessas invenções e a máquina conseguiu produzir em grande quantidade e com maior rapidez na entrega dos produtos. A velocidade dessas máquinas causou grande impacto, sendo que na Revolução Industrial além do impacto social e produtivo, houve também a adequação do homem aos maquinários desenvolvidos.

A partir da Revolução Industrial, na qual ocorreu a invenção e a intervenção de máquinas, que passaram a fazer parte da história mundial, houve mudanças na vida social da humanidade. O navio, a máquina a vapor e os teares mecânicos são alguns dos grandes primeiros inventos, Iglesias (1987, p.44) complementa ao afirmar que: “as técnicas dos séculos XVI e XVII alteraram a ordem social vigente”. O homem está inserido em complexo sistema produtivo, no qual sua força de trabalho passou a transformar a matérias-prima em novos produtos de consumo.

Os produtos passaram a ser confeccionados e ou fabricados rapidamente, quando o trabalho humano foi substituído pelo uso das máquinas. Enquanto um trabalhador demoraria longo tempo para construir um produto, a máquina reduziu muito o tempo de fabricação. O homem não conseguiu ter os mesmos ritmos produtivos das máquinas ou equipamentos. A fadiga, o cansaço, a fome surgem como limites para o corpo humano. Um trabalhador precisa ter momentos de repouso, ter alimentação adequada para executar seus trabalhos.

Não tardou para que os trabalhadores reclamassem das condições trabalhistas. A principal delas foi a longa jornada de trabalho, que consistia em 12 a 18 horas e, aliado a isso,

viria também à fadiga, causa propensa das mutilações, das amputações, enfim dos acidentes de trabalho.

O sindicalismo surge então, para atender estas demandas relacionadas ao trabalho humano, priorizando a justiça nas ações entre proletários e capitalistas. Ele buscava nova estrutura social que atendesse as transformações necessárias em torno do movimento dos operários. Para Antunes (1985, p.10): “a sociedade capitalista encontrou em meados do século XVIII plena condições para a sua expansão”, pois o trabalho, que era executado na sua forma mais rudimentar da humanidade, passa a ser exercido pelo uso de máquinas.

Mas a resistência operária se opôs violentamente aos capitalistas, havendo, até mesmo, destruições de máquinas em algumas regiões, como forma de protestos contra as duras formas de controle do operário no interior destas fábricas. Contudo, este era um caminho que não poderia ser legítimo para a conquista que necessitavam, uma vez que precisavam de mecanismos justos e legais para legitimar suas necessidades operárias.

Ainda segundo Antunes (1985, p.17) “conquistado o direito de livre associação às uniões sindicais - *trade-unions*, como chamam os ingleses - desenvolveram-se por toda a Inglaterra, tornando-se bastante poderosas”.

Com o fortalecimento das uniões sindicais houve início da militância por melhores salários por categoria, e passou-se a contatar os capitalistas. Assim,

as trade-unions passaram a então fixar os salários para toda a categoria, evitando com isso que o operário atuasse isoladamente na luta por melhores salários. Passaram também a regulamentar o salário em função do lucro, obtendo aumentos que acompanhavam a produtividade industrial e nivelando-o a toda a categoria. As *trade-unions* negociavam com os capitalistas a criação de uma escala de salários, forçando sua aceitação, e deflagravam greve sempre que esses salários eram rejeitados (ANTUNES, 1985, p.17).

A luta dos funcionários por salários, quando trabalham nas fábricas e operam as máquinas, mostra a relação produtiva de trabalho. Os operários vivem neste momento de antagonismo de interesses. A teoria marxista expressa estes interesses, o operário tem a força de produção e o capitalista e à proteção do lucro.

Marx observa-se de forma magistral o processo histórico, a luta de classes que ocorre ao longo da história, fazendo necessária a disposição dos operários organizados politicamente diante dos opressores. Conforme Marx (1883 *apud* COMO, 1998, p.9):

a sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos das classes. Estabeleceram novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas.

Na América do Norte, os operários reuniram-se em New York, em 1890 para a construção de uma estrutura trabalhista que desse preferência ao aumento dos padrões salariais e as melhorias imediatas das condições de trabalho. Os avanços industriais mobilizaram os proletários americanos. A indústria

americana mostrou-se admirável dentro da percepção trabalhista.

De acordo com Gompers, Taft e Sessions (1957) o trabalho organizado nos Estados Unidos com as demandas normais de melhorias salariais e condições de trabalho, tem exercido uma importante influência para os melhoramentos técnicos na indústria. Os sindicatos americanos viveram constantes lutas para manter sua sobrevivência.

2.2 O Movimento sindical no Brasil

No Brasil, a constituição do movimento sindical e operário transcorre por algumas fases importantes. Estas etapas obedecem a todas as fases políticas e históricas que o país atravessou. Conforme Vianna (1978): o movimento sindical e operário caracterizará cinco grandes etapas: a mutualista (antes e depois de 1888); a de resistência (até 1919); a de ajustamento (1919-1934); a de controle (1934-1945) e a competitiva (1946-1964).

A historiografia brasileira mostra que durante a colonização, no período do Brasil Império, os escravos trabalhavam em algumas fábricas. Segundo Macedo (1986, p.9):

nesta fase, certas empresas industriais não empregavam trabalhadores livres, pelo menos até a abolição da escravatura em 1888. Outras os utilizavam apenas para os serviços especializados, sendo o trabalho mais pesado realizado exclusivamente por escravos. Havia vários tipos de trabalho escravo. Os escravos de ganho eram relativamente autônomos, custeavam seu sustento e viviam como ambulantes, na obrigação de entregar uma porcentagem de seu ganho a seu dono. Havia também os escravos da Nação e os pertencentes à municipalidade que fixavam suas condições de trabalho.

Ao longo da história brasileira nota-se que surgiram situações indispensáveis a organização social em torno das dificuldades apresentadas pelo avanço do trabalho, sendo também preciso que houvesse a intermediação de um órgão representativo que abrangesse a organização operária brasileira, disposta a prever a organização, tendo poder de decisão junto às classes industriais. A origem da classe operária brasileira começa suas atividades no momento em que ocorreu a modificação na economia do país.

De acordo Brum (2010, p.174):

a crise do café [...], pressionou no sentido de novas fontes de riqueza. E a indústria era tida como o setor preferido e defendido pelos que desejavam a modernização do país, retirando-o do atraso colonial que ainda se encontrava.

A partir da crise do café onde a base era a mão-de-obra agrária, praticamente, a preferência por investimentos financeiros passou do campo para a área urbana. A modernização do país estava acontecendo por meio da implantação das máquinas. Em rápido tempo o homem se encontrou dentro da concepção moderna do trabalho na sociedade brasileira. Assim o cidadão que trabalhava no campo passou a exercer seu trabalho na indústria.

A indústria surgiu neste momento como propriedade

forte no país. Ela viria a substituir em parte a economia agro-exportadora. A força de trabalho voltou-se para o trabalho com as máquinas. O capital investido passou de agro-exportador para o capital industrial.

O trabalho remunerado, o maquinário, a indústria são coligados na economia nacional. Porém

ao criar o trabalho assalariado em substituição ao escravo, ao transferir parte de seus lucros para as atividades industriais e ao propiciar a constituição de um amplo mercado interno, a economia exportadora criou, num primeiro momento, as bases necessárias para a constituição do capital industrial no Brasil (ANTUNES, 1985, p.48):

O capital industrial surgiu neste momento histórico da Crise do Café. Os investimentos todos eram para a produção e venda do café ao mercado externo e a classe operária brasileira surgiu nos últimos anos do século XX. As primeiras formas de arranjo atendiam os operários com a função de auxiliá-los nos períodos mais difíceis de suas atividades.

Suas primeiras formas de organização foram as Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo, que visavam auxiliar materialmente os operários nos momentos mais difíceis [...] em épocas de dificuldades econômicas (ANTUNES, 1985, p.48).

Os operários não possuíam leis sociais e trabalhistas que lhes consentissem garantias de segurança, então as sociedades mutualistas puderam fazer isto, garantindo apoio ao operário e “o ressurgimento da luta sindical no Brasil foi, para muitos, algo inesperado. Para alguns porque, apesar de interessados, simplesmente desconheciam o que efetivamente se passava no mundo do trabalho” (ANTUNES, 1985, p.7).

As associações visavam atender coletivamente todos os que, de certa forma, estavam necessitando de atendimentos. Para Macedo (1986, p.10) “as primeiras associações mutualistas brasileiras surgiram a partir de 1830 e foram às primeiras organizações operárias [...] da constituição do proletariado brasileiro como classe autônoma”.

As lutas das associações sindicais marcaram profundamente a história, tanto em nível mundial quanto no Brasil. Pois assim, como houve organizações em prol dos operários, a luta continuou incansável, porque também, temendo perder parte dos lucros obtidos, os capitalistas encontraram maneiras de resistir aos movimentos sindicais.

A representação sindical no Brasil neste momento começou a buscar regulamentação no que é mais importante, no que se refere às condições de trabalho. Assim também se encontrava uma massa operária que aspirava por melhorias nas relações de trabalho.

Os acordos aconteciam da mesma maneira como ocorreu na Europa, eram feitos individualmente, cada operário tratou com o patrão. As condições de trabalho não eram as melhores, pois as fábricas também eram insalubres, as horas de trabalho eram extensas e os salários baixíssimos.

Nestas fábricas brasileiras encontravam-se crianças e mulheres trabalhando, os patrões praticando remunerações diferenciadas. Neste contexto, aumentava cada vez mais o

número de operários e reclamações de trabalho, surgindo, dessa forma, as primeiras associações sindicais no país.

Conforme Alves e Oliveira (2010, p.86): “em geral, os trabalhadores reivindicavam melhores condições de vida, de trabalho, de saúde e o direito de participar, ativamente, da vida política do país”.

Estas reivindicações desenvolveram ações organizadas pelos operários que puderam participar politicamente deste inédito momento sindical. As ações marcaram algumas gerações que participavam da vida operária e sindical. Tudo feito por meio de reivindicações.

As reivindicações eram seguidas de manifestações, paralisações, pressões ou greves. As paralisações, as pressões que faziam para adquirir certos direitos trabalhistas duravam por pouco tempo, pois não existia legislação trabalhista que abrangesse os operários. Segundo Alves e Oliveira (2010, p.86):

as greves efetivas eram aquelas que atingiam setores estratégicos da economia, como as paralisações de ferroviários e estivadores ou, ainda, aquelas que mobilizavam uma grande quantidade de trabalhadores de diferentes categorias, como ocorreu em 1917, na cidade de São Paulo.

As grandes greves e paralisações ocorreram em grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Foi uma forma de mostrar a mobilização de uma entidade sindical frente às pressões enfrentadas nas fábricas. Onde as diversas categorias podem expor suas medidas exigidas pela categoria.

Os acontecimentos que ocorriam sobre as paralisações eram tratados como casos de polícia, inexistindo uma política que pudesse amparar os trabalhadores. De acordo com Alves e Oliveira (2010, p.86):

eram comuns casos de prisão e de deportação de operários estrangeiros acusados de perturbar e ameaçar a ‘ordem pública’. Os líderes operários, muitos deles italianos e espanhóis, eram vistos e considerados indesejáveis pela capacidade que se acreditava que eles tinham de influenciar a massa do operariado.

Os operários não poderiam ficar parados, diante destas repressões que enfrentavam, uma vez que tinham propósitos que manteriam a linha de condução de seus ideais.

Segundo Alves e Oliveira (2010, p.87): “os militantes das organizações operárias, em sua maioria imigrante italianos, [...] trouxeram o pensamento anarquista para o Brasil”. Estas ideias importantes trazidas juntamente com estes operários contribuem aqui no país para moldar as ideias do sindicalismo brasileiro.

E, também, surgem outras ideologias, como o anarco-sindicalismo e marxismo que puderam propor a luta da classe trabalhadora contra o Estado burguês. Conforme Brum (2010, p.179):

enquanto o anarquismo propõe a construção de uma sociedade sem Estado, gerida por sindicatos e cooperativas, o marxismo requer a existência de Estado, devendo o Estado burguês ser substituído por um Estado dirigido pelo e para o proletariado.

No Brasil, também a luta sindical ocorre por meio das primeiras organizações e é um processo lento e gradual que

demandou paciência por parte dos operários, pois não tinha, no momento, um intermediário que possa ter voz ativa, valendo-se de seus direitos sociais.

Com isso, nota-se que estes imigrantes europeus fortaleceram as posições e as ideias que foram essenciais para iniciar o marco primordial na militância sindical no Brasil, principalmente, nas regiões que começaram a se industrializar. Conforme Antunes (1985, p.58): “o fruto de uma cisão nas classes dominantes, o Estado varguista procurou, numa primeira fase, controlar o movimento operário e sindical trazendo para dentro do aparelho do Estado”.

Os fatores que já eram visíveis neste período fortaleceram as reivindicações que geraram descontentamento nos operários. As aspirações dos operários, juntamente com suas reivindicações despertaram a atenção do Estado. O governo buscou manter controladas as associações ou movimentos sindicais. Muitos destes movimentos foram reprimidos ou controlados pelo Estado.

As mudanças que ocorreram no mundo e no país não serviram de encaixe para que o movimento operário parasse, pelo contrário, sempre se mostrou disposto à militância.

Conforme Cattani (1990, p.17): “para o movimento operário, o que aconteceu no pós-30 representa uma profunda modificação, inaugurando um modelo em que o Estado se apresenta como o grande interlocutor das classes assalariadas”.

Nesse período governista, o Estado passou a regulamentar as ações trabalhistas. No entanto, neste mesmo governo, os sindicatos ou associações começam a serem controlados, a fim de ser evitada qualquer manifestação que evidenciasse prejuízo aos capitalistas e ao Estado. Foram manifestações importantes para a classe operária brasileira que inicia todo o seu processo de lutas e vitórias sindicais e, a partir destes momentos, foram marcantes na história sindical do Brasil.

O importante é estabelecer mecanismos que possam regularizar os direitos dos operários que, incansavelmente, lutaram por políticas trabalhistas. Estas lutas representaram vitórias ao longo do processo histórico.

Segundo Aquiles (2011, p.5):

Ao movimento sindical brasileiro, com uma estrutura organizacional forjada há mais de setenta anos, estão dispostos desafios de alta complexidade: aglutinar força política junto à classe trabalhadora cada vez mais diversificada e complexificada [...] para a compreensão dos fenômenos.

A força encontrada na organização operária é excelente. Em todos os momentos históricos sempre manifestavam mobilização diante de aceleradas transformações políticas e econômicas.

2.3 O Movimento sindical no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, no início dos anos 1900, os operários agruparam-se na forma de Liga, de Associações, de Centros de Classe Operária, de União dos Operários, de Grupo de Homens Livres, posteriormente, reuniram-se em Sindicatos. As associações de operários começaram a se movimentar, a

partir de 1906, tendo em vista uma forte atuação em favor dos direitos operários. Na ideologia positivista de Comte estava baseada a intervenção do Estado de forma repressora, quando não conseguisse mais solucionar as discussões entre patrões e empregados sobre as reivindicações.

De acordo com Costa (1985, p.11):

no sentido comum, a anarquia sempre foi o caos, a desordem. A palavra transformou em sinônimo de bagunça e os cronistas e os historiadores de hoje jamais lograram repor o significado veraz de um passado glorioso e, no mínimo, construtivo.

Quando a palavra anarquismo tem uma interpretação contrária ao que representa, qualquer manifestação diante desta ideologia de Comte poderia significar a truculência ao movimento sindical para neutralizar a manifestação política e social.

Uma contribuição importante neste momento foi à participação dos imigrantes italianos que chegaram ao Rio Grande do Sul. Alguns destes imigrantes italianos trabalharam na indústria gaúcha.

Os movimentos operários se fortaleceram com a chegada dos imigrantes europeus que eram mais desenvolvidos, muitos sabiam ler e escrever. Além disso, a maioria já havia participado de lutas operárias e greves. Esses imigrantes, que já tinham experiência e conhecimentos de lutas começam a divulgar suas ideias e propostas (REVISTA COMEMORATIVA, 2003).

No entanto, com a chegada dos imigrantes europeus e com a conjuntura internacional enfrentada no período, propiciou desenvolvimento ideal à economia gaúcha; e as indústrias começaram a se desenvolver devido estes fatores importantes. Eles chegaram também à Serra Gaúcha, em algumas cidades industrializadas, tais como: Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi, Carlos Barbosa e Bento Gonçalves. O movimento sindical caxiense começou por volta de 1928, sob constante vigilância policial. Era caso de polícia qualquer reunião, qualquer ajuntamento de pessoas que pudessem perturbar a paz no interior das fábricas e indústrias.

Conforme dados históricos do Sindicato Metalúrgico de Caxias do Sul havia, neste período, a participação de 82 associados, os quais faziam parte da “Sociedade dos Metalúrgicos”, assim como da “Sociedade União Operária” formados pelos seguintes segmentos: trabalhadores metalúrgicos, tanoeiros, trabalhadores da construção civil, curtumes, tecelagem, alimentação e técnicos em cantina.

Então, a partir de 06 de março de 1933, foi fundado o Sindicato dos Metalúrgicos, após a criação de legislação que proibia a associação de diferentes classes profissionais. A isso, pode ser relacionado à vigilância policial e a pouca atuação dos trabalhadores neste tempo, junto com as sociedades de operários. Os que eram corajosos e ansiosos por melhorias nos seus trabalhos assumiam responsabilidades.

No movimento operário gaúcho e principalmente em Caxias do Sul, identifica-se um elemento importante com relação à tendência: o movimento anarco-sindicalista.

Conforme Antunes (1985, p.50): “o movimento anarco-sindicalista, que negava a importância da luta política, privilegiando exclusivamente a luta dentro da fábrica através de uma ação direta”.

No Rio Grande do Sul começou o estímulo da indústria gaúcha durante a Primeira Guerra Mundial, devido a Grande Guerra houve dificuldades de negociarem produtos e mantimentos no primeiro momento, porém mais tarde os países conseguiram negociar com países envolvidos na guerra.

A economia precisou encontrar meios de manter internamente seu padrão de consumo, então procurou o desenvolvimento e o crescimento interno durante este período, por meio da indústria.

O processo de industrialização encontrou positivamente alguns lugares em solo gaúcho para seu desenvolvimento que são as principais cidades: Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Caxias e Vale dos Sinos, geograficamente cidades que com suas condições propiciaram o desenvolvimento da indústria.

Para Pesavento (1984, p.75):

com relação ao processo de industrialização, o Rio Grande do Sul aproveitava determinadas condições estruturais que lhe permitia uma arrancada inicial não muito diversa do que ocorria em São Paulo. A atividade dos comerciantes de origem imigrante permitia uma razoável acumulação de capital; formara-se um mercado regional para manufaturados na zona colonial e nos centros urbanos; a agropecuária fornecia matéria-prima e a mão-de-obra imigrante que deixava a lavoura colonial em demanda das cidades era da melhor qualidade.

Isto fez com que as regiões onde as fábricas se instalaram usufríssem de progresso e rápido crescimento, atraindo pessoas em busca de melhores condições de vida, fugindo das áreas rurais. Este fato histórico marcou a natureza da economia gaúcha, pois até então, tudo era feito por meio da pecuária e da agricultura colonial.

Pesavento (1984, p.110) complementa que:

no plano econômico, a década de 30 no Rio Grande foi marcada pelo desenvolvimento do sindicalismo cooperativista. A sindicalização foi incentivada pelo governo como uma forma eficaz de encaminhamento dos problemas econômicos e de mediatizar as relações entre as classes sociais e o Estado.

A sindicalização incentivada pelo governo contribuiu para criar uma forma de domínio sobre as classes operárias. Todos os problemas surgidos eram controlados pelo Estado. A eficácia de controle dos problemas era de autoridade do Estado. Ele era o mediador das ocorrências e problemas econômicos surgidos neste momento. Neste ínterim os operários vão lutar por condições melhores de trabalho.

A luta por melhores condições de trabalho atingiu praticamente todos os rincões do planeta e afetou tanto os operários rurais quanto os urbanos.

Esta reflexão sobre o trabalho no Rio Grande do Sul é importante na medida em que a expansão comercial e urbana foi se desenvolvendo rapidamente. Isto porque, com todas as mudanças e a instalação de fábricas, havia também os operários

que necessitavam de políticas que lhes garantissem alguns direitos necessários à manutenção da ordem e, especialmente, lhe dessem condições ideais de trabalho.

A história do sindicalismo é uma história regulada na luta por ideais de melhoras, na redução da jornada de trabalho e um bom salário aos operários.

Era importante que os operários tivessem um salário justo e que as horas trabalhadas não fossem em excesso. Todavia, estes embates necessitavam de uma intermediação que mantivesse o diálogo com os industriários ou pecuaristas, enfim com quem detinha o controle da produção.

É por meio das histórias do movimento sindical que se percebe o quanto foi árduo o trabalho deste movimento, pois muitas vezes, as reuniões precisaram ser feitas às escuras. As vitórias e as lutas dos sindicalistas não foram nada fáceis, uma vez que os interesses capitalistas poderiam sufocar as conquistas dos trabalhadores.

No entanto, é importante lembrar a admirável atuação deste movimento no cenário econômico e político, sem o qual não avançariam algumas políticas que hoje integram as questões trabalhistas.

3 Conclusão

A proeminência do trabalho dentro do sistema capitalista é fator de interesse e chama a atenção da sociedade como um todo. Este estudo procurou mostrar de que maneira o movimento operário e sindicalista se firmou ao longo dos períodos. A integração social do operário diante de períodos históricos nacionais, a relevância das ideias trazidas pelos imigrantes pioneiros, o quanto foi alcançado em relação às conquistas do sindicato. De certo modo existem leis e regras que vão reger o movimento social, e que fazem parte dos movimentos, as ideias principais, a organização social do movimento.

Tecnicamente as associações trabalhistas e sindicatos se preocupam com a saúde, com a segurança, com o salário, com as condições de trabalho de homens, de mulheres, de jovens e crianças, que estiveram trabalhando nas primeiras fábricas, enfim de pessoas que merecem atenção social. Diante de tantas informações e do mundo globalizado, às vezes esquecemos quando é que acontece uma reivindicação. Uma busca por respeito e dignidade no trabalho. Esses homens são aqueles que se encontram neste objetivo: o de encontrar meios para que a categoria possa conquistar seus direitos. Muitos sindicalistas sofreram repreensão, foram presos, estiveram às escuras pelo ideal do sindicalismo.

Atualmente tem-se a compreensão de que é por meio destes movimentos que os trabalhadores conseguiram alcançar seus objetivos. E ainda, que os objetivos traçados, mas não alcançados, e não atingidos, não serão motivos para parar de lutar, pelo contrário, ainda é preciso que seja mantida a mesma objetividade de busca.

Os autores estudados, suas contribuições, suas pesquisas mostram a organização dos proletários nacionais, suas

primeiras ideologias. E a opressão do proletariado diante da tirania dos primeiros capitalistas, onde não tinham uma política incisiva sobre duras e exaustivas jornadas de trabalho. Muitos operários morreram devido às condições insalubres que enfrentaram, mas muitos operários lutaram pelas condições ideais de trabalho.

Houve períodos marcantes dentro do contexto sindical, pois muitas políticas passaram, muitas lutas ocorreram, para que trabalhadores brasileiros pudessem desfrutar de algumas melhorias conquistadas, na atualidade.

Por isso, é importante debater questões sobre o sindicalismo, visando o fortalecimento e a contribuição para políticas sociais, trabalhistas e públicas que possam atender os trabalhadores no geral. Sabe-se o quanto foi e é importante a militância política em relação ao trabalho industrial, tendo em vista a preservação do capital humano, e sua valorização dentro de todas as fases da Revolução Industrial.

Referências

- ALVES, A.; OLIVEIRA, L.F. *Conexões com a história*. São Paulo: Moderna. 2010.
- AQUILES, A.C. Estrutura sindical e mundo do trabalho: alguns dilemas contemporâneos do sindicalismo brasileiro. *Revista Perspectivas Sociais Pelotas*, v.1, n.1, p.4-15, 2011.
- ANTUNES, R.C. *O que é sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRUM, A.J. *O Desenvolvimento econômico brasileiro*. 27.ed. Ijuí: Unijuí. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CATTANI, A.D. *Sindicalismo: ação e reflexão*. Caxias do Sul: Educ, 1990.
- COSTA, C.T. *O que é Anarquismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COMO, M.L. *O manifesto comunista / Karl Marx e Friedrich Engels*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- IGLESIAS, F. *A revolução industrial*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MACEDO, L.A.C. *O novo sindicalismo*. Porto Alegre: FEPLAM, 1986.
- PESAVENTO, S.J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- REVISTA COMEMORATIVA AOS 70 anos do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2003.
- VIANNA, L.W. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

